

CASA PARA POVOS INDÍGENAS: UM PANORAMA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA RURAL EM TERRITÓRIO INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL

Jordana Nogueira¹; Henrique Kujawa²

1. Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, bolsista de iniciação científica da FAPERGS e membro do Grupo de Pesquisa THCA-IMED. Faculdade Meridional IMED, Passo Fundo, RS, Brasil, Bolsista FAPERGS. E-mail: joo.nogueira@hotmail.com

2. Professor permanente do Programa de Mestrado de Arquitetura e Urbanismo membro do Grupo de Pesquisa THCA-IMED, coordenador do projeto Habitação Rural: uma análise da efetivação da política pública de habitação rural no RS financiado pela FAPERGS (edital 012017-ARD), Bolsista Produtividade da Fundação Meridional. E-mail: henrique.kujawa@imed.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Foi a partir do ano de 2003, quando as políticas públicas de habitação passaram a atender o âmbito rural que a população indígena recebeu atenção pela primeira vez no que diz respeito a moradia, sendo adicionada como beneficiária do programa nacional de habitação rural, o PNHR Rural. Até então, a população que vivia longe das áreas urbanas estava alijada de políticas e programas habitacionais, sendo estes destinados em sua maioria as cidades, uma vez que a demanda de moradia e os interesses do mercado imobiliário eram mais intensos.

Embora esse avanço positivo tenha ocorrido na última década, ao analisar as políticas públicas que envolvem a temática em questão, fica claro que as mesmas ainda caminham em busca de mais espaço e condições favoráveis para povos indígenas e comunidades tradicionais dentro dos programas habitacionais existentes.

O início do século XX foi marcado pela intensificação dos debates sobre a política indigenista, ganhando força as teses positivistas que defendiam que o Estado deveria desenvolver ações de proteção e integração destes povos. Estes debates resultaram, em 1911, na criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (KUJAWA 2015; ROSA, 2004).

No Rio Grande do Sul, neste mesmo período iniciou a demarcação do território indígena e áreas destinadas ao processo de colonização por imigrantes e expansão de fronteiras agrícolas, entre 1910 e 1918 foram demarcadas 11 áreas indígenas. A contradição e inconstância destas políticas demarcaram este século buscando encontrar harmonia entre os diferentes interesses. (KUJAWA, 2014).

Esse artigo procura analisar a implementação do o Programa Minha Casa Minha Vida Rural - MCMV Rural nas áreas indígenas demarcadas no Rio Grande do Sul, objeto de poucos estudos e que necessita de maior atenção, pois beneficia um segmento cultural social importante no Brasil.

2 METODOLOGIA

Para isto faz-se uma análise exploratória, utilizando-se de levantamento e revisão bibliográfica, por meio de fontes secundárias sobre a demarcação das áreas indígenas no RS, que se constituiu como a primeira etapa da pesquisa. Na sequência foi empreendida a pesquisa documental sobre o MCMVRural nas áreas indígenas e a identificação destes empreendimentos no estado através de mapas e tabelas, detalhando as unidades por área e relação com seus moradores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação do programa Minha Casa Minha Vida Rural no âmbito indígena, conforme exposto anteriormente, acontece a partir de Entidades Organizadoras que facilitam o contato com a instituição financiadora e auxiliaram no atendimento e valorização das habitações dessa parcela da população.

No estado, desde o início do programa, foram registradas 17 cidades atendidas, totalizando 1465 (mil quatrocentos e sessenta e cinco) Unidades Habitacionais concluídas, entre os anos de 2009 e 2014.

Além das obras concluídas até o ano de 2014, foram registradas obras paralisadas e em andamento. A cidades de Planalto, Redentora e Iraí possuem empreendimentos em obras e que estão pendentes para entrega a população, enquanto a cidade de Benjamin Constant do Sul, além de 4 empreendimentos em obras, possui mais dois que estão paralisados.

Contabilizando os empreendimentos entregues e os que ainda estão em andamento, totalizamos 1712 UH considerando todas as 17 cidades atendidas no estado desde o início do programa.

Analisando a atuação das EO e o volume de UH produzidas, destaca-se a COOPHIRS – Cooperativa de Habitação Indígena da Região Sul, com o total de 777 UH entre as obras concluídas e ainda em andamento.

Localizando as 17 cidades atendidas no mapa do Rio Grande do Sul, podemos perceber que sua concentração ocorre na região Norte do estado. É possível

relacionar tal fato com a intensificação da ocupação do solo no oeste de Paraná, Santa Catarina e o norte do RS promovida pela construção de novas estradas na segunda metade do século XIX permitindo a expansão econômica.

Localizando as 5 cidades com maior produção de UH, podemos destacar Redentora com 297 UH, São Valério do Sul com 127 UH, Iraí com 120 UH, Tenente Portela com 110 UH, e ainda Cacique Doble totalizando 101 UH.

4 CONCLUSÕES

As mudanças políticas territoriais no último século no Rio Grande do Sul e o movimento indígena presenciaram e ainda presenciam um conflituoso debate em relação a delimitação e direito sobre terras, onde se destaca a busca não apenas por direitos constitucionais, mas por identidade e reconhecimento da própria cultura.

A criação do PNHR e inclusão do setor rural no PMCMV posteriormente foram ações de extrema importância na manutenção dessa população.

O Rio Grande do Sul possui uma parcela importante na história da população indígena, e o volume de pessoas vivendo em reservas demonstra a importância do Programa Minha Casa Minha Vida Rural ser capaz de chegar até esses territórios possibilitando uma moradia digna e valorizando o indígena.

Embora ainda seja pequena, as produções de empreendimentos em parceria com as Entidades Organizadoras nesses territórios representam um avanço positivo na vida das comunidades contempladas, valorizando e auxiliando na permanência dos mesmos nas áreas rurais além de manter sua cultura e crenças ativas.

Agradecimentos

À Fapergs pela Bolsa de Iniciação Científica e pelo apoio através do Edital 01/2017 – ARD.

À Ricardo Henryque Melo, professor da Faculdade Meridional, IMED, Passo Fundo, RS; e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil: Construção e Infraestrutura da UFRGS; pela elaboração dos mapas base.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C.A.O. *Habitação Social: Origens e produção (NATAL, 1889-1964). Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - (EESC-USP), 2007.*

BARCELOS, K. A. *Método para avaliação de projetos de habitação social: Mobiliamento, espaciosidade e funcionalidade.* Cuiabá, Fev, 2011.

BONATES, M.F. *Ideologia da casa própria...Sem a casa própria. O programa de arrendamento Residencial em João Pessoa* – PB. Agosto, 2007

BONATES, M. F. *O Programa de Arrendamento Residencial – PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade*. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo n°1 de 20058. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco7-pdf/02_art10_risco7.pdf> acessado em 15 de abril de 2017.

BOLTER, J.; SCHENEIDER, S.; HAAS, J. 2015. *O programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural*. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Org). Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editora UFRGS. 1ª edição. 2015. p. 468-482.

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 326, de 31 de agosto de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.** Disponível em: <http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318:programa-minha-casa-minha-vida-rural-pnhr&Itemid=98>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. **Lei n. 11.329 de 24 de julho de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 14 set. 2018.

_____. **Lei n. 11.329 de 24 de julho de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 14 set. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Minha Casa Minha Vida - Habitação Rural. 2009.* Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/rural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Tabela de empreendimentos Minha Casa Minha Vida Rural em Terras Indígenas no Rio Grande do Sul*. CEF, 2018.

CARINI, Joel. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

GOVERNO FEDERAL. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. IN: ROLNIK, Raquel. *A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios*. 2006, pg. 201.

_____. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. IN: MARICATO, Erminia. *O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano*. 2006, pg. 213

IBGE. Censo demográfico 2010, *Encarte espacial da população indígena*.

KUJAWA, Henrique. *A política territorial indígena no Rio Grande do Sul durante o século XX*. In: TEDESCO, João Carlos. *Conflitos Agrários no Norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Letra Vida; Passo Fundo: IMED, 2014.

_____. *Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul: a trajetória de políticas públicas contraditórias*. 2014. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. *A incorporação de áreas rurais às cidades: um estudo de caso sobre Campinas - SP*. 2002. 300 p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2002.

PLATAFORMA DE BOAS PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Habitação Rural: Projeto Caprichando a Morada*. 2018. Disponível em: <<http://www.boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/inclusao-socio-produtiva/184-caprichando-a-morada>> Acesso em: 05 set. 2018.

SILVA, C.M.G. da. *Habitação rural: uma luta por cidadania*. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. São Paulo, p. 152. 2014.

ROSA, Marcelo Caetano De Cernev. *A luta pela terra em memórias Kaingáng*. Universidade Federal de Campinas. Março, 2004.